

A Era de Governação de Xi Jinping e os Impactos na Segurança Regional e Internacional

Jorge Tavares da Silva

Professor Auxiliar na Universidade da Beira Interior (UBI) e Investigador Associado da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da Universidade de Aveiro. Doutorado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Licenciado em Comércio Internacional pelo ISCIA. É autor de artigos científicos, capítulos de textos e artigos de opinião sobre as dimensões socioeconómicas e políticas da China contemporânea.

Resumo

Xi Jinping trouxe para a governação chinesa uma revitalização das antigas lideranças fortes, centrada em redor de uma só pessoa, baseadas na exaltação das virtudes nacionais e numa projeção externa assertiva. Esta atitude política no espaço internacional tem entrado em rota de colisão com a ordem internacional tradicional liderada pelos Estados Unidos e com o quadro de interesses instalados. Aos poucos, o mundo vai-se fraturando entre dois espaços contraditórios de um grupo de democracias liberais com um centro político tácito em Washington

e outro de um grupo de países autocráticos ou em alinhamento político com Pequim. Esta distribuição bipolar de poder, através de uma leitura marcadamente realista, promete uma confrontação direta entre os dois principais atores. O presente artigo procura avaliar as novas linhas de orientação da política externa chinesa, os grandes desafios e os fatores de cooperação e conflito no quadro regional e global da atualidade.

Palavras-chave: Xi Jinping; China; Estados Unidos; ordem internacional; geopolítica; segurança regional.

Abstract

Xi Jinping's Era of Governance and Its Impact on Regional and International Security

Xi Jinping has brought to Chinese governance a revitalization of the old strong leadership, centered around a single person, based on the exaltation of national virtues and an assertive external projection. This political attitude in the international space has entered into a path of complications with the traditional international order led by the United States and its framework of interests. Little by little, the world will break between two contradictory spaces

of a group of liberal democracies with a tacit political center in Washington and another of a group of autocratic countries or in political alignment with Beijing. This bipolar distribution of power, through a realist point of view, certifies a direct confrontation between the two main actors. This article aims to evaluate the new guidelines of Chinese foreign policy, the major challenges and cooperation and conflict factors in the nowadays regional and global framework.

Keywords: Xi Jinping; China; United States; International Order; geopolitics, regional security.

Artigo recebido: 12.12.2023

Aprovado: 18.12.2023

<https://doi.org/10.47906/ND2023.166.04>

Introdução

Após um processo de escrutínio interno do Partido Comunista Chinês (PCC), sempre envolto em dinâmicas informais relativamente opacas, assume o poder uma quinta geração de líderes chineses em 2013. No topo da hierarquia aparece Xi Jinping, filho de um quadro histórico do partido, antigo responsável da propaganda de Mao, que seria crucial para a ascensão na carreira (Silva, 2021). Assumiu as novas funções com uma forte determinação política, contrastando com o período de governação anterior, liderado por Hu Jintao. Este seguia um tipo de “liderança coletiva” (*jiti lingdao*), muito baseada na procura de consensos. Xi Jinping, que podemos designar por “Novo Timoneiro da China” segue um estilo de governação diferente, através de uma gestão do poder centrada em si próprio (Silva, 2021). É o regresso às lideranças do “homem forte”, determinadas, com poder centralizado e envoltas num certo culto reverencial (Shirk, 2023; Lam, 2015). Enquanto que em Hu Jintao era difícil extrair uma ideia própria, o que levou o académico Kerry Brown (2012) a apelidá-lo do “governante silencioso”, Xi Jinping tem os seus pensamentos escritos, publicados, propagados e estudados na República Popular da China (RPC). As mudanças constitucionais permitem-lhe perpetuar-se no poder sem limite declarado (Shirk, 2023).

O presidente Xi Jinping destaca-se imediatamente pela intensificação do sentimento nacionalista, procurando que a nação se assuma, pelo menos, como igual entre as grandes (Cole, 2020) e agarra-se à ideia do “sonho da China” que propaga ao mundo. O poder do Partido Comunista Chinês sai reforçado, com uma toada mais centralizadora face às autonomias políticas provinciais. Há um reforço do papel do partido na sociedade, reavivando o estudo doutrinário e a promoção de um quadro de relações pessoais baseadas na lealdade (Shirk, 2023). No 70.º aniversário da RPC, o discurso oficial entoou que “o partido, o governo, os militares, a sociedade, a educação; norte, sul, leste, oeste, centro – o partido lidera tudo” (Grünberg e Drinhausen, 2019, p. 10). A nova liderança, numa toada neoimperial, tem o desejo implícito de recuperar a grandeza perdida de uma China poderosa, agitar o sentimento de orgulho nacional e fazer renascer ou rejuvenescer os elementos caracterizadores da grande civilização e cultura do Império do Meio, levando a cabo grandes projetos geopolíticos como é o exemplo da Nova Rota da Seda (Mena, 2023; Silva, 2019). De alguma forma, liberta-se da corrente de vitimização histórica e segue pela via da influência, cooptação e, em algumas circunstâncias, da ameaça (Cole, 2020). Entre outros episódios, recordam-se as ameaças chinesas à Lituânia quando este país tentou abrir um escritório de representação em Taiwan (Dempsey, 2022). Durante anos a China aplicou milhões de yuan em instrumentos de *soft power* (poder suave) de forma a seduzir as opiniões públicas internacionais para a imagem da China. Contudo, a era de governação de Xi Jinping, de assertividade, triunfalismo e projeção no exterior, tem trazido um enorme revés neste domínio. O contexto da Covid-19, a não condenação da Rússia na invasão

da Ucrânia, as tensões em Hong Kong, a repressão em Xinjiang, as demonstrações de força nas águas envolventes e a competição tecnológica contribuem para esta erosão. Acrescem múltiplas acusações através de investigações sobre práticas que atentam aos direitos humanos, um domínio sempre sensível para as democracias ocidentais. Um relatório entre várias entidades internacionais, incluindo o URM – Uyghur Rights Monitor – e o Grupo S&D – Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu –, denuncia a utilização de trabalho forçado na região de Xinjiang, usada para a exportação irregular de peças de vestuário e têxteis para o mercado europeu (Uluyol, 2023). A China debate-se ainda com outras matérias sensíveis, incluindo a falta de reciprocidade no tratamento a empresas europeias que pretendam expandir negócios no seu território. Há uma crescente retração ocidental em relação à China, incluindo uma severa política de sanções aplicada pelos Estados Unidos a vários setores de atividade chineses, um rude golpe, em benefício do mercado de trabalho americano e dos setores tecnológicos. A redução do investimento ocidental no mercado chinês tem deixado a China com indicadores económicos abaixo do esperado ou até em estagnação (Johnson, 2023). A nova projeção chinesa no mundo contemporâneo, através de instrumentos tangíveis e intangíveis, colide com a ordem estabelecida, provoca ondas de preocupação e retração, do espaço geográfico mais periférico à ordem global. Envolto numa governação de um líder forte e determinado, o novo potencial marítimo nacional, a defesa de valores alternativos, instituições e diplomacia virada para o Sul dos emergentes e em desenvolvimento, abrem um fosso entre dois mundos políticos. A competição geopolítica estabelece-se em vários domínios, tendo a tecnologia ganho um potencial de competição e conflito de grandes proporções, particularmente no que Chris Miller (2023) apelida de “guerra dos *chips*”. A leitura desta realidade segue uma linha teórica marcadamente realista, de uma China profundamente avessa ao normativismo internacional e devota do poder soberano e absoluto do Estado, no caso dominado por uma omnipresente máquina do poder do PCC.

O presente artigo, numa perspetiva descritiva-interpretativa, pretende analisar as novas linhas de orientação política da era de Xi Jinping, os seus impactos no contexto regional e global. Destaca-se a agudização da fratura na ordem internacional entre o que foi inicialmente diagnosticado como um quadro contraditório de um Consenso de Washington com um Consenso de Pequim. O primeiro, acusado de neoliberal, foi designado em 1989 pelo economista John Williaon e refere-se às regras internacionais orientadas por organizações como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a aplicar a países em vias de desenvolvimento. O segundo, conceito criado por Josué Cooper Ramo, em 2004, refere-se a um modelo alternativo de desenvolvimento de cariz experimental, sem agenda política e sem ferir os interesses nacionais (Halper, 2010).

Começamos por analisar o novo panorama político interno, centrado na figura do líder chinês; depois, analisamos como a RPC tem procurado defender a construção de uma nova ordem internacional, repleta de contradições; num terceiro momento, avaliamos o impacto das relações com os Estados Unidos e finalmente, os impactos da governação de Xi Jinping na segurança regional e global.

Sonhar e Rejuvenescer a China na Era de Xi Jinping

Em 2012, no Museu Nacional, em Pequim, Xi Jinping faz uma primeira referência ao denominado “rejuvenescimento” (*fixing*) em sintonia com o *slogan* do “Sonho da China” (*Zhongguo meng*) (China Daily, 2012). Aparentemente inspirado no conhecido conceito de “American Dream”, parece residir numa clara vontade de afirmação do país como potência económica. Este desiderato não só se materializa através de um processo de crescimento exponencial, mas também através do rejuvenescimento nas suas relações externas. Em 2014, Xi Jinping refere num dos seus discursos:

“A nação chinesa unificada e unida é a raiz comum dos chineses dentro e fora do país, a rica e profunda cultura chinesa é a nossa alma comum e a revitalização e a realização da grande revitalização da nação é o nosso sonho comum [...] Vamos escrever conjuntamente um novo capítulo no desenvolvimento da nação chinesa” (Xi Jinping, 2014).

Esta fase de “galvanização nacionalista”, como é apelidada por Xulio Ríos (2016), que se pode testemunhar não só no tom como nas ações, tem-se consolidado através da hegemonia centralizada e autocrática da máquina de poder partidário. O país está mais proactivo, como nunca o foi, procura sair da marginalização que moldou muitos períodos de outros tempos (Brown, 2023). O PCC controla o Estado, em toda a linha, inspirando-se num modelo marxista-leninista, com penetrações seletivas de elementos de economia liberal, que lhe permitiu arrecadar tecnologia e capital, tornando-a um motor em alta rotação na economia global. Deixou para trás a fase de uma economia pouco sofisticada, baseada em trabalho de baixo custo, para uma economia moderna, com crescente consumo interno, que usa a mais avançada tecnologia de ponta (Silva, 2019). Associado a este dinamismo há todo um impulso institucionalista e a abertura de rotas, corredores e faixas de rasgo económico e geopolítico, essencialmente no espaço da Eurásia, em que sobressai o megaprojeto da Nova Rota da Seda (*yidai yilu*). Esta iniciativa, com grande impacto no domínio geopolítico, é apontada pelo presidente Xi Jinping como o “projeto do século”, que inclui uma vasta rede de linhas de caminho de ferro, empresas, estradas, portos, gasodutos e oleodutos em vários países da Ásia Central, África, América Latina e Europa. O projeto, apadrinhado pela ONU, tem servido para uma consolidação

de poder junto dos países por onde se estabelecem parcerias. Critica-se o facto de nos projetos ser usada mão de obra, moeda, tecnologia e empresas chinesas, com pouco impacto para os mercados locais. O dinheiro é entregue às elites titulares do poder, que detêm controlo sobre minas e outras indústrias extrativas, encobrendo atentados ambientais (Brown, 2023). Além disso, os fluxos comerciais beneficiam a China, enquanto outros atores e blocos regionais poderão vir a perder importância na mesma área de influência.

O triunfalismo chinês alimenta-se de datas históricas que redobram o sentimento nacional e a exaltação das virtudes do PCC. Assim aconteceu com o 100.º aniversário do Partido Comunista Chinês em 2021 e acontecerá em 2049, no 100.º aniversário da fundação da República Popular. Xi Jinping inunda a nação com mensagens sobre a grandeza da história, a singularidade da cultura e o sucesso do modelo político de “socialismo com características chinesas”. Diferente dos princípios da democracia liberal, Xi Jinping defende os valores do seu modelo político, a simbologia e as crenças nacionais. Os ensinamentos marxistas, acrescidos do apego às tradições, a adoração ao líder e a expressão do pensamento de Xi são das marcas mais evidentes da China contemporânea (Silva, 2021). Enquanto isso, de forma a consolidar-se politicamente na estrutura do PCC, abre uma luta inigualável com qualquer outra época de luta contra a corrupção.

Em sintonia com este quadro sociopolítico interno, a RPC passa também a assumir nas suas relações externas uma nova postura. O crescimento exponencial da economia do país, em contraste com algumas dificuldades das economias ditas ocidentais decorrentes da crise financeira internacional de 2008, a gestão da Covid-19 e os tumultos nos Estados Unidos na era de Donald Trump, atrairam a China para uma fase de galvanização triunfalista. Por outras palavras, verificou-se que para muitos quadrantes sociais e políticos o modelo político chinês era “superior” ao modelo político americano. Entre os pecados capitais americanos encontra-se o excessivo de individualismo, o hedonismo e a democracia, minando a capacidade competitiva do país no plano internacional (Bloomberg News, 2021).

A Proposta de uma Nova Ordem Internacional

O despertar económico chinês é um fenómeno com impactos em todos os cantos do mundo, originando uma enorme acumulação de riqueza que se tem transposto para uma nova agenda política. Deng Xiaoping apelava a uma contenção na postura da China (*taoguang yanghui*) significando “manter-se discreta e esperar pelo momento”, o que significa que só se tornará um poder político relevante se conseguir manter-se reservada, devendo trabalhar durante alguns anos até conseguir um peso maior nos assuntos internacionais (Deng Xiaoping *apud* Shambaugh, 2013, p. 19). A RPC tinha

habitualmente uma visão cética das organizações internacionais, influenciada pela tradição marxista-leninista, mantendo, por exemplo, muitas reservas às dinâmicas de interesses na ONU. Esta estava moldada a um quadro de interesses do mundo capitalista. Poderosas elites dos países mais desenvolvidos sugavam os mais desprotegidos dos países em desenvolvimento.

Xi Jinping talvez interprete como tendo chegado esse momento, assumindo uma maior assertividade no plano internacional. Em 2049 a República Popular comemora o seu centenário e nessa altura pretenderá já ter superado a posição americana no plano económico e político. Muitos críticos dirão que esta é uma visão “esotérica”, exagerada, mas é a tendência crescente entre uma China que participa na arquitetura internacional (influenciando-a), e em paralelo cria instituições que competem com as anteriores. Uma das consequências internacionais emanadas da era de governação de Xi Jinping é uma redobrada afirmação internacional do país no exterior com pendor revisionista. Há uma inequívoca vontade governativa da liderança do PCC em propor uma ordem internacional alternativa, que não passe pela hegemonia americana. Importa lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, o funcionamento do sistema internacional dominante assentou na institucionalização da Organização das Nações Unidas (ONU) e na predominância de uma ordem baseada na democracia liberal. Esta ganhou um sentido ainda mais expressivo após o fim da União Soviética, com uma nova era de desregulamentação e abertura económico-financeira promovida por instituições como o FMI e o Banco Mundial (Larson, 2022). Assenta na ideia de pluralismo político, nos valores da democracia e da justiça, das regras do Direito Internacional e numa visão universalista de direitos humanos. Por outras palavras, as normas e os valores propagados internacionalmente estão sustentados num sistema baseado em Tratados. Durante algumas décadas a China não só não colocou em causa a ordem estabelecida, como tentou tirar proveito do sistema político e económico global. Talvez o melhor exemplo seja a entrada na OMC e os compromissos que assumiu de tornar o seu mercado interno mais aberto segundo as regras da economia liberal. Uma parte substancial da economia chinesa permaneceu sob o controlo do Estado, beneficiando da economia internacional. Por outro lado, iniciou um processo de criação de instituições alternativas, colocando a China no centro do processo diplomático. A Organização de Cooperação de Xangai (OCX), os BRICS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) e a Nova Rota da Seda, são algumas das iniciativas a que nos queremos referir.

O revisionismo chinês acentuou-se com os impactos da crise financeira internacional, iniciada em 2008, em que o PCC deixou de aceitar recomendações económicas vindas dos Estados Unidos, epicentro de uma crise internacional. O hiato adensou-se com a presidência de Donald Trump, eivado de hostilidade em relação à RPC. Acontecimentos como a pandemia Covid-19, o conflito na Ucrânia, iniciado em 2022, e a guerra de Israel com o Hamas de 2023, mostram como o posicionamento chinês está

nos antípodas da posição das democracias liberais. A China segue a velha tradição marxista de repulsa pela ordem internacional liberal, esta acusada de não representar toda a realidade internacional e de ao longo da história servir apenas os interesses dos Estados Unidos em oposição à União Soviética. Xi Jinping tem sido assertivo nesta divisão, através de discursos desafiantes para as democracias liberais. No discurso do 100.º aniversário do PCC, Xi Jinping refere que não aceita lições externas e que quem desafiar o país encontrará uma “Grande Muralha de aço” (Buckley e Brandsher, 2021). De forma seletiva, a China vai participando nas normas e regras instituídas no que se considera ser os “regimes internacionais”, tentando moldá-las aos seus interesses, enquanto simultaneamente cria alternativas institucionais (Gaspar, 2019). O dualismo estratégico é gerido nos quadros de interesses internos ancorados numa visão sinocêntrica das relações internacionais. Repare-se como, desde 1950, defende os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, particularmente o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial. No entanto, na invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, deixou-se ficar numa ambiguidade estratégica, ocupou uma área fronteiriça na fronteira com a Índia e ocupou ilhas e rochedos no Mar do Sul da China.

As Tensões Sino-Americanas da Era Biden

Nenhuma outra relação bilateral tem a capacidade de moldar o ambiente internacional como a relação entre Washington e Pequim, interrelacionada com outros contextos regionais, particularmente com o conflito na Ucrânia. Importa notar que, para a China, a Rússia constitui um parceiro estratégico fundamental, na tentativa de garantir a retaguarda euroasiática e contrapor a preeminência norte-americana. Há entre Moscovo e Pequim, potências revisionistas no sentido em que pretendem contrariar a hegemonia de Washington, uma parceria estratégica assumida como sendo “sem limites” (Chao Deng *et al.*, 2022).

Em Pequim, no dia 9 de outubro de 2023, na receção a uma delegação do Senado dos EUA, liderada por Chuck Schumer, Xi Jinping confirma a relevância da diplomacia entre estes dois atores:

“A relação China-EUA é a relação bilateral mais importante do mundo. A forma como a China e os Estados Unidos se relacionam determinará o futuro da humanidade. A competição e o confronto não são consistentes com a tendência dos tempos. Menos ainda pode resolver os problemas e os desafios que o mundo enfrenta” (Xinhua, 2023).

A verdade é que a China e os Estados Unidos entraram numa fase de tensões diretas, herdadas da administração Trump (2017-2021), cujo lema nacionalista assentava no princípio de *American First*. O drama americano passa pela consciência de que o país

poderá ser superado pelo gigante asiático no domínio económico e tecnológico, o que levou a um conjunto de políticas protecionistas. A administração de Joe Biden, iniciada em janeiro de 2021, vai romper com muitas orientações políticas de Trump, embora no “*dossier* China” haja uma relativa continuidade, particularmente a manutenção da rivalidade estratégica. Importa lembrar que Biden é um conhecedor da realidade política e económica chinesa, na qualidade de senador esteve envolvido nos processos que facilitaram a normalização das relações sino-americanas, bem como o caminho para a entrada do gigante asiático na OMC (Martin e Kate, 2020). Este facto não impede o relacionamento tenso da atualidade, obrigando a diálogos recorrentes para que não seja ultrapassada uma “linha vermelha”. No panorama político interno americano, os dois principais partidos estão relativamente alinhados na estratégia em relação à RPC, tal como os serviços de segurança e inteligência, apoiados pela opinião pública. De acordo com uma investigação da Pew Research Center de março de 2023, 83% dos adultos norte-americanos têm uma opinião desfavorável no que concerne à China e cerca de quatro em cada dez americanos descrevem-na como inimiga dos Estados Unidos, e não como concorrente ou parceira.

Xi Jinping e Joe Biden sempre tiveram um bom relacionamento pessoal, mas o jogo de interesses nacionais obriga a um novo reposicionamento no tabuleiro geopolítico. Biden conhece bem o presidente chinês, tendo em conta os sucessivos encontros que mantiveram desde 2011. Neste ano viajaram juntos para a província de Sichuan, para uma série de discussões políticas. Entre os assuntos debatidos, falou-se dos riscos para a estabilidade e o crescimento económico. A Primavera Árabe suscitava muita curiosidade a Xi Jinping, apontando o dedo ao distanciamento dos governos face ao povo como um erro. Seis meses depois, Biden recebe Xi Jinping na sua casa em Washington, numa nova lista de temas discutidos, incluindo as alterações climáticas, comércio e defesa (Martin e Kate, 2020). Apesar da cordialidade, os desafios estratégicos dos Estados Unidos entrariam em rota de colisão com o projeto de afirmação nacional de Xi Jinping, envolto nos *slogans* de “rejuvenescimento” e do “Sonho da China”. Sem reservas, pode-se dizer que os dois países entraram nos últimos oito anos no pior momento do seu relacionamento bilateral desde a crise de Tiananmen (1989). A primeira das grandes tensões centra-se no domínio comercial, devido ao défice comercial que os Estados Unidos têm com a China, tal como acontece também com a União Europeia (UE). De acordo com dados da Statista, o valor das importações dos EUA provenientes do gigante asiático excedeu as exportações de mercadorias em cerca de 382,92 mil milhões de dólares americanos em 2022. Este fenómeno provoca um desigual fluxo de capitais entre as duas economias. Os discursos triunfalistas de Xi Jinping durante a pandemia Covid-19, apresentando o seu como o melhor plano de gestão da doença – Covid Zero – bem como o sucesso do modelo de “socialismo com características chinesas” face à decadência dos Estados Unidos. Por outro lado, no espaço da Ásia, Washington continua a defender a navegação livre, enquanto

reforça a sua política de alianças com os parceiros asiáticos. De destacar a cooperação entre os EUA e a Índia numa altura em que permanecem tensões fronteiriças sino-indianas. Exercícios navais indo-americanos, que incluem o porta-aviões Nimitz e navios de guerra indianos, em Andaman e nas ilhas Nicobar, não muito distante do estreito de Malaca, são uma demonstração de força para a China ver.

Associadas às tensões comerciais estão também as questões tecnológicas, um desafio transversal aos Estados Unidos, União Europeia e outros parceiros internacionais. O desrespeito por direitos de propriedade intelectual é um dos pontos de crítica mais fortes dos EUA. A China continua a rejeitar as acusações e lembra o cenário paralelo dos trabalhadores soviéticos durante a Guerra Fria (Silva, 2021). Em dezembro de 2018, uma diretiva europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho, tinha estabelecido um Código Europeu para as Comunicações Eletrónicas. Também existe a Diretiva 1148/2016 sobre medidas para níveis elevados de segurança comum das redes e sistemas de informação na UE. No mercado americano há muito que as autoridades conheciam casos de trabalhadores orientais em empresas de Silicon Valley que transmitiam informações privilegiadas a empresas chinesas. Em 2008, agentes do FBI detetaram um esquema envolvendo dois engenheiros chineses – Lam Lee e Yuefei Ge – que desenvolviam um plano de negócio na China de *microchips* a partir de projetos roubados nos EUA. Segundo as autoridades americanas, o “caso Lee-Ge” é apenas um dos muitos exemplos no que se refere à venda de segredos industriais e espionagem económica. Inclui-se neste campo a venda de produtos militares (Segal, 2011). Um dos temas de preocupação é o denominado Programa 863, um plano chinês que visa a captura de conhecimentos tecnológicos em países estrangeiros (Hvistendahl, 2020). Neste contexto de pressão, a empresa Google suspendeu os negócios com a empresa Huawei que impliquem transferência de produtos de *hardware* e *software*. Esta empresa tem estado no centro das tensões sino-americanas. Os responsáveis da Huawei recusam ser comparados a um “Cavalo de Troia” na Europa, capaz de violar as redes de segurança. Acusam os Estados Unidos de estarem a seguir uma agenda protecionista através da aplicação de sanções e de tentar condicionar os seus parceiros europeus. A empresa chinesa ao não ter acesso à *Play Store* e às atualizações do sistema operativo Android, basilar no funcionamento dos *smartphones*, terá mais dificuldade em progredir no mercado. De acordo com o relatório elaborado por Milo Medin e Gilman Louie para o Conselho de Inovação em Defesa (2019), o domínio da tecnologia 5G é essencial para os interesses estratégicos dos EUA. Está em causa um lucro de mil milhões de dólares, a supremacia tecnológica do país do domínio tecnológico nos próximos anos e a segurança de postos de trabalho.

A Huawei foi criada no final dos anos 80 por Ren Zhengfei, um antigo militar do Exército Popular de Libertação (EPL), que se tornou uma das mais influentes organizações da economia global. Compete com gigantes da área tecnológica, tais como a Cisco ou a Ericsson, o que suscita enormes apreensões dos Estados Unidos (Li Hongwen,

2017). A produção de semicondutores está relativamente fragmentada e obedece a uma lógica complexa de cadeias internacionais, tendo o mercado de Taiwan cerca de 37% de capacidade computacional global. Por desconfiança, os Estados Unidos querem retirar a China do desenvolvimento conjunto deste domínio, agudizando-se as tensões. Chris Miller (2023, p. 38) considera que “manter a economia global refém de uma das disputas políticas mais perigosas do mundo pode parecer um erro de proporções históricas”. Para Washington, a Ásia Oriental – Coreia do Sul, Japão e Taiwan – com os seus modelos de economia de mercado, tem um ecossistema industrial partilhado que serve em particular os interesses americanos. Em boa verdade, foi a partir do embrião de Silicon Valley que se propagou toda uma indústria global de semicondutores, que os americanos descentralizaram parte da produção, mas que mantêm um relativo controlo sobre o cérebro da indústria. A RPC rejeita este cenário, capturando os benefícios da economia de mercado e de transferência de tecnologia para ganhar um potencial autónomo e de superação. O conflito nasce aqui. Washington acusa Pequim, criticando a venda de *microchips* a países terceiros não aprovados, para além das acusações de espionagem. Importa ressaltar que as empresas privadas na China, por obrigação legal recente, operam em consonância com os interesses do Estado, auxiliando agências de *intelligence* e as forças militares. A verdade é que o desenvolvimento de tecnologia num plano global sem um contributo maior da China é um fator negativo. Repare-se que, enquanto a Alemanha tem um orçamento de 3.000 milhões de euros para aplicar no desenvolvimento de inteligência artificial, até 2025, a China, tem um orçamento de 130.000 milhões até 2030 (Artificial Intelligence Index Report, 2021).

As Novas Sensibilidades de Segurança na Periferia Regional

A China de Xi Jinping trouxe um reforço das relações externas para o espaço da Ásia-Pacífico, com uma maior afirmação naval na região, em sintonia com uma intensa diplomacia dita periférica (*zhoubian*). Pequim empreendeu também uma forte dinâmica de relações multilaterais na região, participando, entre outros, no fórum de Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ou a Organização de Cooperação de Xangai (OCX). A orientação estratégica posicionada na “frente costeira”, que envolve também uma reivindicação obsessiva com a recuperação da soberania de Taiwan, leva Pequim a colocar nas suas capacidades navais uma das grandes prioridades. Em sintonia com o pensamento do geopolítico Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que defende que o imperativo de qualquer potência naval deve ser a detenção de pontos de apoio, de posições (portos, bases) a partir das quais a sua frota possa circular nos oceanos. As

forças navais tornaram-se o instrumento primordial da competição internacional, que inclui uma visão alargada e precisa do espaço (Defarges, 2012; Ribeiro, 2010). Ciente desta importância para a China, já em 2006, o presidente Hu Jintao tinha assumido a relevância de desenvolver uma Marinha de Guerra poderosa, capaz de salvaguardar os interesses nacionais, proteger a costa e a soberania. Ser-lhe ia destinada a missão de defender “as missões históricas do país no novo século e nos novos patamares” (Duchâtel e Duplaix, 2018, pp. 1-56). O esforço governamental proporcionou à RPC em pouco tempo um arsenal de porta-aviões, submarinos nucleares, minas, mísseis balísticos com diferentes funcionalidades operacionais, aviões tripulados e não tripulados (*drones*), contratorpedeiros, navios de patrulha e navios de assalto anfíbio, para além dos equipamentos de monitorização das águas circundantes (Silva, 2021). Em 2020, a Marinha chinesa ultrapassou a sua congénere americana em número de navios disponíveis para um cenário de conflito (Congressional Research Service, 2023). O controlo das rotas comerciais e o desenvolvimento dos litorais, são aspetos centrais, acrescidos pelo facto de o comércio mundial de mercadorias ser predominantemente feito por esta via. Há um plano estratégico com dois níveis de atuação diferenciados. Um primeiro plano – *jinan* – a pensar nas suas águas mais próximas e, num segundo plano – *jinhai*, pensado para os domínios marítimos mais afastados. A primeira cadeia de ilhas, que ultrapassa o espaço da Ásia Oriental, refere-se às ilhas Curilas, ao arquipélago japonês, Diaoyu (Senkaku para os nipónicos), Taiwan (Formosa), norte das Filipinas e Bornéu, a península de Kamchatka e a península malaia. A segunda cadeia de ilhas, refere-se às ilhas japonesas de Ogasawara e Vulcano, pertencentes ao Japão, para além das ilhas Mariana, estas de soberania americana (Tsai, 2015; Yoshihara, 2012). No Mar do Sul da China, Pequim alega direitos históricos numa área marítima de mais de três milhões de quilómetros quadrados. Desenhou uma linha imaginária de “Nove Raias” e decidiu, unilateralmente, que um conjunto de recifes, rochedos e baixios estão incluídos na sua soberania. Aos poucos, tem vindo a ocupar algumas dessas ilhas, fazendo terraplanagens e construção de pistas de aterragem de aviões provocando alguns incidentes.

Este dinamismo colide com os desejos da administração Biden em solidificar a sua diplomacia no mesmo espaço, fortalecendo as alianças com a Índia, o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália. O crescente poderio militar, particularmente naval, as novas delimitações de soberania, as tensões fronteiriças, as ameaças a Taiwan e a ocupação de ilhas no Mar do Sul da China por parte de Pequim são motivos para a criação de iniciativas de segurança regional como o QUAD – Diálogo de Segurança Quadrilateral –, que junta a Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, inicialmente desenhada pelo primeiro-ministro japonês Shinzo Abe em 2007 (Congress Research Service, 2023). Outra importante iniciativa regional é o AUKUS, uma aliança militar tripartida que integra a Austrália, os EUA e o Reino Unido. Desenhada na era Obama, visa assegurar a posição de Washington na região do Indo-Pacífico, manter

o equilíbrio de poder, vigiando e contendo a projeção revisionista chinesa (Kumar, 2023). Pretende-se o espaço do Indo-Pacífico “livre e aberto” (FOIP), a que se enfatiza a componente democrática, tendo em conta a natureza dos sistemas políticos que a compõem, abertos, pluralistas e liberais. Esta é uma região fustigada por múltiplos problemas de segurança, incluindo a pirataria, crime organizado, proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo e desastres naturais, sendo necessário medidas assertivas para as resolver. Um *Mare Clausum* controlado por Pequim será incendiário para todo o espaço regional, devendo manter-se as suas águas como ativo público, um *Mare Liberum*, aberto à navegação e ao comércio, sob a regência do direito internacional (Silva, 2021).

Uma das questões regionais mais sensíveis para o governo chinês é a questão de Taiwan, que Xi Jinping gostaria de ver resolvida na sua era. A revista *The Economist* (2021) não teve dúvidas em classificar Taiwan como o “mais perigoso lugar da terra”. O Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China divulgou, em julho de 2019, um relatório intitulado “A Nova Era da Defesa Nacional da China”, em que reitera que “não renunciará ao uso da força nos esforços para reunificar Taiwan com o continente” (Conselho de Estado da RPC, 2019). Os Estados Unidos, contra a vontade de Pequim, apoiam a ilha de Taiwan na defesa contra uma possível incursão militar chinesa para resolver o diferendo histórico. Inclui-se a venda de caças F-16V (Mahbudani, 2020), limitado pelas dinâmicas de política interna. Em 2023, os demorados conflitos na Ucrânia e em Gaza limitaram a possibilidade de um apoio acrescido pelo Congresso. Ao mesmo tempo, enquanto se degradam as relações sino-americanas, Washington vai desafiando Pequim através de dinâmicas diplomáticas informais com o governo da ilha, liderado por Tsai Ing-wen. Um dos momentos de maior tensão deu-se com a visita a Taiwan da presidente do Congresso norte-americano, Nancy Pelosi, que deixou o governo de Xi Jinping em profundo desagrado. Após a visita, Pequim aplicou sanções a Taiwan e iniciou manobras militares na Zona de Defesa Aérea da ilha.

As alterações políticas em Taiwan são um motivo de observação atenta por parte de Pequim, esperando desenvolvimentos que lhe sejam mais favoráveis. O histórico Partido Nacionalista (Kuomintang), rival de outras eras, é aquele que mais salvaguarda o princípio de “uma só China”. Enquanto chega ao fim a liderança de Tsai Ing-wen, aguarda-se um novo quadro político, em 2024, que possa eventualmente destronar o hostil Partido Democrático Progressista (PDP). O facto que tem prejudicado mais os planos políticos do KMT (Kuomintang) foi a tensão em Hong-Kong nos anos de 2019 e 2020, alertando a população para os possíveis cenários de autoritarismo caso Taiwan integrasse a China continental. O drama de Xi Jinping é que a presidente Tsai e o PDP rejeitam o “Consenso de 92”, quando os dois lados do Estreito reconheceram a existência de apenas “uma China”. A verdade é que o “problema não pode ser deixado por resolver de geração em geração”, estando numa fase de inflexão com

um enorme potencial para abrir um conflito militar (Ríos, 2020, p. 96). Xi Jinping não esconde a possibilidade de tentar resolver esta questão pela via das armas, solução rejeitada pelos Estados Unidos. No norte da China, nos primeiros dias de 2021, o presidente Xi Jinping dirigiu-se às forças armadas do país que estavam em missão de treino, alertando para a necessidade de estarem prontas a “cada segundo” para um qualquer possível cenário de guerra (Liu Zhen, 2021). A verdade é que entre os dois lados intensificam-se as assimetrias. Enquanto Taiwan tem apenas 2 submarinos, 26 navios de guerra e nenhum porta-aviões, a China continental tem 52 submarinos, 131 navios de guerra e 3 porta-aviões (The Economist, 2021). Refere o *Economist* que, se algum dia o presidente Xi Jinping “com a sua limusine blindada, com bandeiras vermelhas”, circular nas estradas de Taipé como um “conquistador”, nesse dia tornar-se-á um “comunista imortal” (The Economist, 2021, p. 36). O líder chinês obriga-se a ser forte, intransigente; a sua fraqueza colocaria em causa a sua liderança e a do PCC. Neste quadro, a China “pode ser forçada a uma intervenção militar”, não apenas pelo ganho através da força das armas, mas por necessidade política (Mahbubani, 2020, pp. 122-123).

Considerações Finais

A China de Xi Jinping relembra as antigas governações da história que conduziram a épocas de excessos. No imediato, surge a imagem de Mao Tsé-tung e todo um período de enormes convulsões internas com resultados nefastos para todo um país. Xi agarrou o poder e deu de imediato um sentido de enorme centralismo político à sua governação, através de um combate à corrupção sem precedentes, a disseminação de um culto em redor de si mesmo, uma exaltação da nação e uma forte projeção internacional. Esta última tem vindo a colidir com a ordem internacional estabelecida, havendo muitos parceiros regionais que olham para a RPC com crescente desconfiança. Após a entrada da China na OMC, a intensificação das trocas, as circulações de capital anteviam uma China com maior participação na ordem política e económica liberal. Assim não aconteceu, particularmente na era de governação de Xi, assumindo um caminho diferente, não de cooperação, mas de superação da “ordem liberal”. Criou instituições alternativas, alinou-se com os países do “sul político”, emergentes e do mundo em desenvolvimento, através de iniciativas conjuntas que possam capitalizar força política. Ao mesmo tempo, a China expande-se na sua periferia, assume áreas marítimas como suas, faz recorrentes demonstrações de força militar. Os Estados Unidos e a União Europeia querem contar com a China como parceiro para áreas de cooperação, mas as relações são cada vez mais difíceis de conciliar. Sobressai a ideia da China como um “competidor” e um “rival estratégico” que vai, ano após ano, abrindo uma fissura cada vez maior entre estes dois mundos dentro do nosso mundo.

Bibliografia

- Artificial Intelligence Index Report, 2021. Stanford University. https://aiindex.stanford.edu/wp-content/uploads/2021/03/2021-AI-Index-Report_Master.pdf, consultado em 11 de dezembro de 2023.
- Bloomberg News, 2021. A \$2,500 Book on U.S. Decline Is Suddenly a Must-Read in China. *Bloomberg* [em linha], 13 de janeiro. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-13/a-2-500-book-on-u-s-decline-is-suddenly-a-must-read-in-china>, consultado em 13 de novembro de 2023.
- Brown, Kerry, 2012. *Hu Jintao: China's Silent Ruler*. Singapura: World Scientific Publishing.
- Brown, Kerry, 2016. *CEO, China: The Rise of Xi Jinping*. Londres: I. B. Tauris.
- Brown, Kerry, 2023. *China Incorporated: The Politics of a World Where China is Number One*. Londres: Bloomsbury Academic.
- Buckley, Chris e Bradsher, Keith, 2021. Marking Party's Centennial, Xi Warns That China Will Not Be Bullied. *The New York Times* [em linha], 1 de julho. <https://www.nytimes.com/2021/07/01/world/asia/xi-china-communist-party-anniversary.html>, 29 de novembro de 2023.
- Chao Deng, et al., 2022. Putin, Xi Aim Russia-China Partnership Against U.S. *The Wall Street Journal* [em linha], 4 de fevereiro. <https://www.wsj.com/articles/russias-vladimir-putin-meets-with-chinese-leader-xi-jinping-in-beijing-11643966743>, consultado em 10 de dezembro de 2023.
- Cheng Li, 2016. *Chinese Politics in the Xi Jinping Era: Reassessing Collective Leadership*. Washington: Brookings Institute Press.
- China Daily, 2012. Xi highlights national goal of rejuvenation. *China Daily* [em linha], 30 de novembro. https://www.chinadaily.com.cn/china/2012-11/30/content_15972687.htm, consultado em 30 de outubro de 2023.
- Cole, Michael J., 2020. China's Strategy Ambitions in the Xi Era and Threat to the Global Order, in Blank, Stephen, Cole, J. Michael e Devlen, Balkan, *Know Thy Enemy: Understanding the threat posed by Russia and China in the post-COVID era*. Macdonald-Laurier Institute, pp. 26-46.
- Congress Research Service, 2023. China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities – Background and Issues for Congress. *CRS Report*, October 19. <https://sgp.fas.org/crs/row/RL33153.pdf>, consultado em 21 de novembro de 2023.
- Conselho de Estado da RPC, 2019. *China's National Defense in the New Era*, July 24. http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html, consultado em 15 de novembro de 2023.
- Council of the European Union, 2019. *Council Conclusions on the significance of 5G to the European Economy and the need to mitigate security risks linked to 5G – Council Conclusions (3 December 2019)*. 14517/19 (OR. En), Bruxelas, 3 dezembro. <https://www.consilium.europa.eu/media/41595/st14517-en19.pdf>
- Defarges, Philippe Moreau, 2012. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.

- Dempsey, Judy, 2022. China's Bullying of Lithuania Spurs European Unity. *Carnegie Endowment for International Peace* [em linha], January 18. <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/86208>, consultado em 12 de dezembro de 2023.
- Duchâtel, Mathieu e Duplaix, Alexandre Sheldon, 2018. Blue China: Navigating the Maritime Silk Road to Europe. *Policy Brief*, April, European Council on Foreign Relations. https://ecfr.eu/wp-content/uploads/blue_china_navigating_the_maritime_silk_road_to_europeNEW-compressed.pdf
- Gaspar, Carlos, 2019. *O Regresso da Anarquia: os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Ordem Internacional*. Óbidos: Aletheia.
- Grünberg, Nis e Drinhausen, Katja, 2019. The Party Leads on Everything – China's changing governance in Xi Jinping's new era. *Mercator Institute for China Studies (MERICS)*, 24 de setembro. https://merics.org/sites/default/files/2020-05/The%20Party%20leads%20on%20everything_0.pdf
- Halper, Stefan, 2010. *The Beijing Consensus: How China's Authoritarian Model will Dominate the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Basic Books.
- Hvistendahl, Mara, 2020. *The Scientist and the Spy: A True Story of China, the FBI, and Industrial Espionage*. Nova Iorque: Riverhead Books.
- Johnson, Ian, 2023. Xi's Age of Stagnation: The Great Walling-Off of China. *Foreign Affairs*, setembro/outubro, pp. 102-117.
- Kumar, Suneel, 2023. Shifting balance of power and the formation of AUKUS in the Indo-Pacific region. *Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs*, pp. 1-21.
- Lam, Willy Wo-Lap, 2015. *Chinese Politics in the Era of Xi Jinping: Renaissance, Reform, or Retrogression?* Nova Iorque: Routledge.
- Larson, Deborah Welch, 2022. Is the liberal order on the way out? China's rise, networks, and the liberal hegemon. *International Relations*, pp. 1-21.
- Li Hongwen, 2017. *Ren Zhengfei and Huawei: A Business and Life Biography*. Londres: LID Publishing.
- Liu Zhen, 2021. Xi Jinping orders China's military to be ready for war 'at any second'. *South China Morning Post* [em linha], 5 January. <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3116436/xi-jinping-orders-chinas-military-be-ready-war-any-second>, 5 de janeiro, consultado em 9 de dezembro de 2023.
- Mahan, Alfred Thayer, 1890. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Brown and Company.
- Mahbubani, Kishore, 2020. *A China Já Ganhou?* Lisboa: Bertrand.
- Martin, Peter e Kate, Daniel Ten, 2020. How China Lost Biden – and America. *Bloomberg Businessweek*, 27 de abril, pp. 7-9.
- Mena, Ferran Pérez, 2023. La Política exterior china desde Deng Xiaoping a Xi Jinping: ¿construyendo una hegemonía global o desarrollando una gran potencia normal? in Ríos, Xulio e Silva, Jorge Tavares da, coords., *Chibérica – Visões Ibéricas da China Contemporânea*. Madrid: Editorial Popular, pp. 177-193.
- Miller, Chris, 2023. *A Guerra dos Chips – O Combate pela Tecnologia mais Crucial do Mundo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

- Parlamento Europeu e Conselho Europeu, 2018. Diretiva (UE) 2018/1972 de 11 de dezembro. Estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (reformulação). *Jornal Oficial da União Europeia*, L 321/36 PT, de 17 de dezembro. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L1972&from=EN>, consultado em 10 de dezembro de 2023.
- Pew Research Center, 2023. Americans Are Critical of China's Global Role – as Well as Its Relationship With Russia. *Pew Research Center* [em linha], April. <https://www.pewresearch.org/global/2023/04/12/americans-are-critical-of-chinas-global-role-as-well-as-its-relationship-with-russia/>, consultado em 10 de dezembro de 2023.
- Ribeiro, Silva, 2010. Mahan e as marinhas como instrumento político. *Revista Militar*, n.º 2500, maio, pp. 465-483.
- Ríos, Xulio, 2020. *Taiwan – Una Crisis en Gestación*. Madrid: Editorial Popular.
- Segal, Adam, 2011. *Advantage: How American Innovation Can Overcome the Asian Challenge*. Nova Iorque: WW Norton and Company.
- Shambaugh, David, 2013. *China Goes Global: The Partial Power*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Shirk, Susan L., 2023. *Overreach – How China Derailed its Peaceful Rise*. Oxford: Oxford University Press.
- Silva, Jorge Tavares da, 2019. A Consolidação de Poder de Xi Jinping. *Anuário Janus*, pp. 64-65.
- Silva, Jorge Tavares da, 2021. *Xi Jinping – A Ascensão do Novo Timoneiro da China: o Homem, a Política e o Mundo*. Faro: Sílabos e Desafios.
- Statista, 2023. United States goods trade deficit with China from 2013 to 2022. <https://www.statista.com/statistics/939402/us-china-trade-deficit/>, consultado em 10 de dezembro de 2023.
- The Economist, 2021. Something Wicked this Way Comes, 1 de maio, pp. 14-17.
- Tsai, Tung-Chieh, 2015. China and India: Comparisons of Naval Strategies and Future Competition, in G. V. C. Naidu, Mumin Chen e Raviprasad Narayanan, eds., *India and China in the Emerging Dynamics of East Asia*. Londres: Springer, pp. 123-137.
- Wright, Thomas, 2020. Pompeo's Surreal Speech on China. *The New Yorker*, 25 de julho. <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/07/pompeos-surreal-speech-on-china/614596/>, consultado em 5 de dezembro de 2023.
- Xi Jinping, 2014. A Grande revitalização da nação é o sonho comum de todos os chineses, in *Xi Jinping – A Governança da China*, Vol. I. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2018, pp. 75-77.
- Xinhua, 2023. Xi meets U. S. congressional delegation. *Huaxia*, 9 de outubro. <https://english.news.cn/20231009/99fac91117724886948c3d856f583acb/c.html>, consultado em 13 de novembro de 2023.
- Yoshihara, Toshi, 2012. China's Vision of Its Seascape: The First Island Chain and Chinese Seapower. *Asian Politics & Policy*, vol. 4, n.º 3, pp. 293-314.

